

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

Pelo presente instrumento público, o Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 50.853.555/0001-54, com sede na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, 2.200, Autarquia Municipal, criada pela Lei Municipal n.º 1.657, de 30 de abril de 1.969, doravante designado SEMAE, representado pelo seu Presidente Artur Costa Santos, inscrito no CPF/MF sob n.º 686.215.668-34 e portador da cédula de identidade n.º W6191332 e a empresa,

TCA SOLUÇÕES E PLANEJAMENTO AMBIENTAL LTDA., sediada na Rua Diogo Ribeiro, n.º 126, Jardim Virgínia Bianca, na cidade de São Paulo, estado de SP, CEP 02.355-120, Telefone (11) 2985-2925, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.245.713/0001-79 e Inscrição Estadual Isenta, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Felipe Rodrigues Gonzaga, brasileiro, casado, Sócio-Diretor, residente e domiciliado na Rua Santa Izabel, n.º 555, Torre Class, Apartamento n.º 64, Vila Augusta, na cidade de Guarulhos/SP, portador do R.G. sob n.º 45.014.582-7 SSP/SP e inscrito no CNPJ/MF sob n.º 372.978.338-60,

têm entre si justo e contratado com inteira sujeição à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Instrução Normativa n.º 04/2011 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em razão de licitação realizada na modalidade Concorrência sob o n.º 03/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.A CONTRATADA obriga-se a prestar, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço unitário, **ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE SANEAMENTO RURAL E COMUNIDADES ISOLADAS DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA**, conforme edital, anexos, proposta e atas de julgamento que ficam, para todos os efeitos, fazendo parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços deverão ser executados de acordo com os prazos e etapas previstos no *cronograma físico financeiro e no item 7 do Termo de Referência*, a contar da emissão da Ordem de Serviço, de acordo com as especificações contidas no edital, termo de referência, seus anexos e demais disposições previstas neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá prazo de vigência de 12 (doze) meses a contar da data de emissão da ordem de serviço, acrescido do prazo de recebimento provisório de até 15 (quinze) dias e de até 90 (noventa) dias para o definitivo, ambos a contar da data de conclusão dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor total do presente contrato constitui a importância de R\$ 190.718,07 (cento e noventa mil, setecentos e dezoito reais e sete centavos).

4.2. O valor dos serviços para:

4.2.1. Produto 1 – Plano de trabalho e formação do grupo de trabalho é de R\$ 9.231,35 (nove mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos).

4.2.2. Produto 2 – Mobilização e comunicação junto à comunidade rural é de R\$ 14.072,86 (quatorze mil, setenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

4.2.3. Produto 3 – Levantamento de dados e estimativa populacional da zona rural é de R\$ 32.390,92 (trinta e dois mil, trezentos e noventa reais e noventa e dois centavos).

4.2.4. Produto 4 – Diagnóstico da situação atual do saneamento rural é de R\$ 33.724,11 (trinta e três mil, setecentos e vinte e quatro reais e onze centavos).

4.2.5. Produto 5 – Prognóstico e alternativas para soluções de melhorias é de R\$ 32.503,32 (trinta e dois mil, quinhentos e três reais e trinta e dois centavos).

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

4.2.6. Produto 6 – Elaboração de programas, projetos e ações no horizonte de 20 anos para a zona rural do município é de R\$ 29.956,48 (vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

4.2.7. Produto 7 – Elaboração de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações do Plano de Saneamento Rural do Município é de R\$ 10.091,88 (dez mil, noventa e um reais e oitenta e oito centavos).

4.2.8. Produto 8 – Realização de audiências públicas / consultas públicas / conferência é de R\$ 11.616,95 (onze mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos).

4.2.9. Produto 9 – Elaboração final do Plano Municipal de Saneamento Rural é de R\$ 17.130,20 (dezesete mil, cento e trinta reais e vinte centavos).

4.3. As despesas do presente contrato serão garantidas através do Empenho n.º 1014/2023 (SEMAE) e Empenho n.º 1015/2023 (FEHIDRO).

4.4. Os recursos orçamentários relativos ao objeto da presente licitação serão atendidos em:

4.4.1. 24% (vinte e quatro por cento) através de recursos próprios do SEMAE, pelo Código Orçamentário 44903900 e Programa de Trabalho 323170.1751100242.566 do exercício de 2023.

4.4.2. 76% (setenta e seis por cento) através de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, conforme Contrato FEHIDRO n.º 115/2022.

4.4.3. Em exercícios futuros correspondentes à vigência do contrato, a despesa com a execução dos serviços correrá a conta de dotações orçamentárias próprias para o atendimento de despesa da mesma natureza.

4.5. No valor ajustado estão incluídos todos os tributos e demais despesas diretas e indiretas relativas à execução deste contrato.

4.6. As atividades imprevisíveis julgadas indispensáveis para a perfeita execução dos serviços, apenas poderão ser executadas após terem seus preços unitários compostos pela CONTRATADA, com justificativa técnica e orçamento detalhado, aprovados pelo SEMAE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS MEDIÇÕES

5.1. As medições deverão ser realizadas de acordo com os critérios definidos no Termo de Referência, observados os seguintes procedimentos:

5.1.1. Até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços;

5.1.2. O SEMAE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação;

5.1.3. A devolução da medição não aprovada pela fiscalização, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

5.1.4. A reapresentação de medição total ou parcialmente devolvida deverá ser efetuada em até 02 (dois) dias úteis após a comunicação da devolução pelo SEMAE.

5.1.5. Após a conferência, o SEMAE atestará a medição mensal, comunicando a CONTRATADA o valor aprovado para emissão da correspondente fatura.

CLÁUSULA SEXTA– DO FATURAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O faturamento deverá ser feito conforme cronograma físico-financeiro, através de **documento fiscal eletrônico** da empresa que participou da licitação, ou seja, deve constar o mesmo CNPJ dos documentos apresentados para habilitação, observadas as demais disposições deste contrato, que deverá conter:

6.1.1. A modalidade e o número da licitação;

6.1.2. O número do contrato;

6.1.3. O banco, número da agência e da conta corrente da CONTRATADA.

6.2. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá até 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

6.3. Os pagamentos serão realizados:

6.3.1. após a entrega dos produtos e aceite da fiscalização do contrato; e

6.3.2. após o recebimento de relatório mensal/final e a realização da medição;

6.3.3. desde que todas as exigências técnicas e demais estipuladas no edital e neste contrato sejam obedecidas;

CONTRATO N.º 100025/2023**CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022**

6.3.4. desde que mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93;

6.3.5. em 05 (cinco) dias úteis contados da liberação dos recursos financeiros pela Agência das Bacias PCJ, através da Caixa Econômica Federal e por crédito em conta corrente, em nome da CONTRATADA.

6.4. Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que essas forem cumpridas.

6.5. O SEMAE efetuará a retenção na fonte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, quando o imposto for devido, de acordo com a legislação vigente do Município de Piracicaba.

6.6. O SEMAE promoverá a retenção da Seguridade Social, de acordo com a legislação vigente.

6.7. Ocorrendo atraso no pagamento, por culpa do SEMAE, o valor devido será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

6.7.1. Calcular-se-á a atualização “pro rata temporis”, pela variação acumulada do INPC anual dos 12 (doze) meses anteriores à data do vencimento, até a data do respectivo pagamento.

6.8. Poderá o SEMAE sustar o pagamento de qualquer fatura no caso de inadimplemento da CONTRATADA relativamente à execução do contrato, recaindo sobre a mesma as penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 e neste instrumento.

6.9. Havendo retenção de pagamento por culpa da CONTRATADA, serão de sua responsabilidade os eventuais ônus dela decorrentes.

6.10. É vedada a emissão de duplicata e a cessão de qualquer crédito decorrente do presente contrato e de todo e qualquer título de crédito, emitido em razão do mesmo, que conterà necessariamente, a cláusula “Não a Ordem”, tirando-lhe o caráter de circulabilidade, eximindo-se o SEMAE, de todo e qualquer pagamento ou obrigação a terceiros, por títulos colocados em cobrança, desconto, caução ou outra modalidade de circulação ou garantia, inclusive quanto aos direitos emergentes do presente contrato e, em hipótese alguma, o SEMAE aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos, imediatamente, à pessoa jurídica ou física que os houver apresentado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

7.1. Os preços praticados no contrato serão reajustados após 12 (doze) meses, nos termos da legislação que implantou o Plano Real.

7.2. O cálculo do reajuste será efetuado com base na variação acumulada do IPCA-E, abrangendo o período compreendido entre a data limite para entrega da proposta na licitação e a correspondente ao do implemento da anualidade, passando os valores corrigidos a vigorarem a partir do 13º (décimo terceiro) mês.

7.3. Os reajustes concedidos, a partir da segunda anualidade, deverão ser calculados com base na variação acumulada do IPCA-E compreendendo os últimos doze meses contados da última concessão.

7.4. Para efeitos do disposto nesta cláusula, a CONTRATADA deverá pleitear o reajuste a ser calculado pela Comissão para Análise de Reajuste e Verificação do Equilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos firmados pelo SEMAE.

CLÁUSULA OITAVA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Na hipótese de alterações econômicas fundamentais prevalecentes durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas neste contrato.

8.2. A solicitação para restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato deverá ser feita mediante requerimento formal acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio, entregues no Protocolo do SEMAE, situado na R. XV de Novembro, n.º 2.200, em Piracicaba/SP., de segunda à sexta-feira, exceto feriados, das 08 às 16 horas.

8.3. A documentação será encaminhada e analisada pela Comissão, constituída para esse fim.

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

8.4.Juntamente com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, duas planilhas detalhadas de custos: uma do tempo do requerimento e outra da época da proposta e cópias de notas fiscais dos mesmos períodos.

8.5.A Comissão, a qualquer tempo, poderá solicitar o fornecimento de novos documentos, entretanto caberá, à CONTRATADA, o ônus de comprovar a ocorrência do rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

8.6.O SEMAE terá o prazo de 60 (sessenta) dias para se manifestar sobre o pedido, a contar do primeiro dia útil subsequente à entrega de toda a documentação prevista neste item e de outras eventualmente solicitadas pela Comissão devendo, **a CONTRATADA, continuar a cumprir suas obrigações até que o SEMAE delibere a respeito do pedido, sob pena de aplicação das penalidades previstas para inexecução do contrato.**

8.7.Na hipótese de deferimento total ou parcial do pedido, os cálculos deverão ser efetuados a partir da data do pleito no protocolo do SEMAE ou de outra devidamente justificada pela Comissão e ratificada pela autoridade superior.

CLÁUSULA NONA - DA ASSOCIAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO

9.1.É vedada à CONTRATADA a associação com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que prejudiquem a execução deste contrato.

9.2.É vedada a subcontratação de outra empresa para a realização do serviço, objeto deste contrato, exceto aqueles permitidos no Termo de Referência.

9.3.Eventual subcontratação somente poderá ocorrer com autorização expressa do SEMAE e não será estabelecido qualquer vínculo entre o SEMAE e a subcontratada, permanecendo a CONTRATADA responsável pelo integral cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento.

9.4.A CONTRATADA deverá informar, expressa e previamente, ao SEMAE a subcontratação a ser realizada no curso da vigência deste contrato, bem como qualquer substituição de subcontratada, não sendo permitida a entrada e/ou permanência de qualquer subcontratada sem que esta tenha sido aprovada pelo SEMAE.

9.5.A CONTRATADA deverá diligenciar para a escolha de subcontratada que viabilize o cumprimento das exigências estipuladas neste contrato, devendo substituir aquela que, de qualquer forma, impeça, dificulte ou prejudique o cumprimento do objeto contratual.

9.6.A CONTRATADA se obriga a inserir, no contrato que vier a celebrar com sua eventual subcontratada, cláusula estabelecendo responsabilidade solidária em relação à execução do objeto subcontratado.

9.7.É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do SEMAE para a execução do objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar ao SEMAE, coisa ou pessoa de terceiros em decorrência da execução do contrato, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o SEMAE, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam causar.

10.2.A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos gerados em virtude da prestação dos serviços.

10.3.A CONTRATADA deverá:

10.3.1.responsabilizar-se integralmente pela execução do objeto do contrato, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação vigente e de acordo com as especificações contidas no edital;

10.3.2.se responsabilizar por erros e omissões de elaboração dos serviços, quando esse provocar danos na execução;

10.3.3.executar atividades eventualmente não previstas, julgadas indispensáveis para a perfeita execução do contrato, os quais deverão ter seus preços unitários compostos pela CONTRATADA e aprovados pelo SEMAE;

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

10.3.4.dispor de pessoal técnico necessário à execução dos serviços com direta responsabilidade por todos encargos sociais, direitos trabalhistas, seguros e demais direitos legais;

10.3.5.comunicar ao SEMAE todo afastamento, substituição ou inclusão de qualquer membro da equipe que esteja executando os serviços;

10.3.5.1.no caso de substituição ou inclusão de profissionais da equipe técnica, a CONTRATADA deverá informar antecipadamente ao gestor do contrato, ficando a critério do SEMAE aceitá-los ou não, podendo somente ocorrer a substituição por profissional com capacidade equivalente ou superior ao do substituído, no prazo de 48 horas;

10.3.5.2.Para fins de cumprimento do Termo de Referência, nos termos da Súmula n.º 25 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o vínculo profissional pode ser comprovado mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

10.3.6.empregar, na execução do ajuste e nas atividades dele decorrentes, pessoal idôneo e habilitado;

10.3.7.elaborar os estudos de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

10.3.8.responsabilizar-se, direta e exclusivamente, pela execução do Contrato, respondendo por seus empregados, nos termos da lei, por todos os danos e prejuízos que venham diretamente ou indiretamente provocar ou causar ao SEMAE ou a terceiros;

10.3.9.responsabilizar-se por danos e desaparecimento de bens materiais, e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto, a terceiros e à Administração, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei n.º 8.666/93, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização e o acompanhamento do SEMAE;

10.3.10.comparecer, sempre que convocada pelo SEMAE, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o objeto contratado;

10.3.11.responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade objeto do contrato;

10.3.12.cumprir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3.13.responder por toda e qualquer reclamação ou indenização trabalhista ou qualquer outro tipo de ação de seus empregados relativa aos serviços prestados;

10.3.14.cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas relativas à segurança e medicina do trabalho;

10.3.15.manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação dos serviços, seguindo todos os requisitos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados);

10.3.16.manter em dia durante a vigência do contrato, independente de solicitação do SEMAE, os documentos da CONTRATADA exigidos para participação na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações;

10.3.17.ao final, os responsáveis técnicos deverão transferir ao SEMAE os direitos sobre todos os projetos desenvolvidos, o que tornará possível copiá-los, alterá-los ou adaptá-los, sem descaracterizar a responsabilidade técnica sobre os projetos originais por parte dos profissionais da CONTRATADA;

10.3.18.cumprir as demais obrigações constantes no edital, anexos, proposta e atas de julgamento, que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritas.

CONTRATO N.º 100025/2023

CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

11.1.A CONTRATADA obriga-se, sob as penas previstas neste instrumento e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção.

11.2.A CONTRATADA declara e garante que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da Administração Pública, quais sejam:

11.2.1.prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

11.2.2.comproadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos ilícitos previstos em lei;

11.2.3.comproadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

11.2.4.dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

11.3.No tocante a licitações e contratos, a CONTRATADA, não irá:

11.3.1.frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

11.3.2.impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

11.3.3.afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.3.4.criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar da licitação ou celebrar o contrato;

11.3.5.obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou respectivos instrumentos contratuais;

11.3.6.manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

11.4.A CONTRATADA declara, ainda, que não está envolvida e nem irá se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, durante o cumprimento das obrigações previstas neste contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES DE CONFIDENCIALIDADE

12.1.A CONTRATADA se obriga, por si, seus colaboradores e quaisquer outros que tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação, a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação dos serviços.

12.2.O termo “informação” abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais, especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.

12.3.Os materiais, documentos e informações obtidos pela CONTRATADA apenas serão utilizados com o único propósito de prestação de serviço.

12.4.Ao término dos serviços, a CONTRATADA se compromete a devolver ao emissor todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso.

12.5.A infração de quaisquer disposições desta cláusula, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações do SEMAE ao mercado e/ou a outras pessoas

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

físicas e jurídicas, dará ensejo à indenizações por perdas e danos que porventura o SEMAE e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente, sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

12.6.A CONTRATADA se declara em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral da Proteção de Dados) e aderente aos seus princípios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO SEMAE

13.1.Para o cumprimento do objeto do presente contrato, o SEMAE obrigará-se, através da fiscalização:

13.1.1.expedir a ordem de serviço;

13.1.2.fornecer à CONTRATADA, os elementos básicos e instruções complementares suficientes e necessárias à sua execução;

13.1.3.efetuar os pagamentos devidos em dia, de acordo com o estipulado neste contrato;

13.1.4.exercer a gestão e fiscalização do contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

13.1.5.a qualquer tempo, exigir da CONTRATADA a apresentação de documentos que comprovem a regularidade dos procedimentos trabalhistas adotados;

13.1.6.em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, oficiar a Receita Federal do Brasil (RFB);

13.1.7.em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, oficiar o Ministério do Trabalho;

13.1.8.cumprir as demais obrigações constantes no edital e seus anexos que passam a fazer parte integrante deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E DAS COMUNICAÇÕES

14.1.Ficam credenciados pelo SEMAE para gestão do contrato o servidor **Renato Natalio Cardoso**, Diretor de Departamento de Planejamento, e-mail rcardoso@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9693, e para fiscalização do contrato a servidora **Dalva de Bueno de Camargo Odorisi**, Tecnóloga de Saneamento, e-mail dbueno@semaepiracicaba.sp.gov.br, telefone (19) 3403-9694.

14.2.Caberá ao gestor e fiscal designados o acompanhamento efetivo do cumprimento dos termos do presente contrato, em observância ao disposto no inc. III, art. 58 e art. 67, da Lei nº 8666/93.

14.3.Fica credenciado o Sr. **Gentil Balzan**, portador do R.G. sob nº 102.694.885-9 e inscrito no CNPF/MF sob nº 404.054.000-04, e-mail gbalzan@uol.com.br, telefone (11) 99985-3335, como representante da CONTRATADA durante a execução do presente contrato a fim de garantir o cumprimento das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização, o qual responderá ainda, pelo recebimento de todos os atos e comunicações formais expedidas pelo SEMAE.

14.4.As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão registradas e entregues por correspondência via e-mail ou remetida aos endereços constantes no preâmbulo deste.

14.5.Qualquer correspondência deverá constar, no mínimo, a identificação do remetente, do número deste contrato e o assunto a ser tratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

15.1.O objeto da licitação deverá ser recebido:

15.1.1.provisoriamente, em até 15 dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após constatação pelo SEMAE, de que foram cumpridas as obrigações decorrentes da contratação e;

15.1.2.definitivamente, em até 90 dias do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, após a verificação de que o objeto está perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

CONTRATO N.º 100025/2023**CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022**

15.2. Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o SEMAE, sem prejuízo das penalidades cabíveis, deverá rejeitá-lo no todo ou em parte determinando sua correção, devendo, a CONTRATADA, fazê-la em conformidade com a indicação da fiscalização, dentro do prazo determinado na notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual.

15.3. O objeto que não atender as especificações será rejeitado pelo SEMAE, devendo ser corrigido no prazo estipulado, livres das causas de sua rejeição.

15.4. A responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, solidez, correção, sigilo de informações e segurança dos serviços executados subsistirá, na forma da lei, mesmo após seu recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. A CONTRATADA oferece, a título de garantia e conforme art. 56 da Lei Federal n.º 8.666/93, a importância de R\$ 9.535,90 (nove mil, quinhentos e trinta e cinco reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado do contrato pelo período de 12 (doze) meses e garantia adicional nos termos da Lei 8.666/93, art. 48, § 2º, a importância de R\$ 23.402,72 (vinte e três mil, quatrocentos e dois reais e setenta e dois centavos) totalizando o valor de R\$ 32.938,62 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e sessenta e dois centavos), sob a forma de Apólice n.º 02-0775-0887391, emitida pela Junto Seguros S.A., com início da vigência em 14/04/2023 e validade até 13/07/2024.

16.2. A garantia prestada será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto ou pela rescisão do contrato, se esta ocorrer por culpa do SEMAE, depois de verificada a inexistência de quaisquer débitos com a Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo IPCA-E.

16.3. O valor da garantia deverá permanecer integral até o término da vigência do contrato.

16.4. Sempre que houver alteração no valor contratual, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, de forma que esta corresponda sempre ao mesmo percentual estabelecido no edital.

16.5. Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, a CONTRATADA deverá providenciar sua complementação em 10 (dez) dias úteis contados da notificação do SEMAE.

16.6. A não apresentação da cobertura da garantia, a não prorrogação da sua validade ou a ocorrência de qualquer outro motivo que importe em descobertura contratual, importará na aplicação das penalidades previstas para inexecução total do contrato.

16.7. O SEMAE reserva-se no direito de descontar da garantia, toda importância que a qualquer título lhe for devida pela CONTRATADA.

16.8. O valor da garantia se reverterá em favor do SEMAE, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA, sem prejuízo das perdas e danos porventura verificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

17.1. O proponente que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de celebrar ou de assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com o SEMAE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

17.2. Será aplicada multa de:

17.2.1. 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, quando o proponente convocado deixar de assinar o contrato;

17.2.2. 1% (um por cento), sobre o valor do ajuste, por dia de atraso injustificado em assinar o contrato, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.3. 20% (vinte por cento), sobre o valor do ajuste, pela inexecução total do contrato;

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

17.2.4. 10% (dez por cento), sobre a parte não cumprida, pela inexecução parcial do contrato;
17.2.5. 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso na execução dos serviços e por ocorrência, sobre o valor do ajuste ou da parte não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento);

17.2.5.1. na hipótese mencionada no subitem anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas para inexecução total do contrato.

17.2.6. 1% (um por cento) sobre a fatura do mês correspondente, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o art. 55, inc. XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suspensão do pagamento até a devida regularização;

17.2.6.1. a não regularização no prazo de 90 (noventa) dias a contar da primeira suspensão do pagamento, ensejará a aplicação de multa correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato e poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.2.7. 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste na ocorrência de qualquer tipo de inadimplência não prevista neste item.

17.2.8. 0,01% (um centésimo por cento) aplicada sobre o valor da fatura correspondente ao mês do inadimplemento, por dia de atraso na entrega de qualquer documento exigido neste contrato, com exceção daqueles estabelecidos com penalidades específicas, até o limite de 1% (um por cento).

17.3. As sanções são independentes, sendo que a aplicação de uma não exclui a das outras.

17.4. O pagamento das multas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração, podendo ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste Instrumento.

17.5. O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração e na falta destes, cobrado administrativa ou judicialmente.

17.6. O prazo para recolhimento das multas estabelecidas neste item será de até 30 (trinta) dias a contar da data da expiração do prazo de recurso ou o seu indeferimento.

17.7. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados.

17.8. Ocorrendo atraso nos valores devidos pela CONTRATADA será imputada correção monetária de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento) ao dia sobre o valor a ser pago e juros de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

17.9. No caso de aplicação das penalidades caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, com exceção da penalidade estabelecida no Art. 87, inc. IV da Lei Federal n.º 8.666/93, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias contados da abertura de vista.

17.10. Aberto o procedimento de penalidade, o contratado será notificado através de via postal, notificação pessoal ou mediante publicação no Diário Oficial do Município de Piracicaba para apresentar defesa prévia no prazo legal.

17.11. A apreciação da defesa prévia será efetuada pelo gestor do contrato.

17.12. Da decisão proferida que aplicar penalidade ao contratado caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

17.13. O recurso será apreciado pelo gestor do contrato, o qual poderá reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, ao Presidente do SEMAE, que proferirá decisão final.

17.14. A decisão final será publicada no Diário Oficial do Município de Piracicaba e registrada no Cadastro de Fornecedores do SEMAE.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. A rescisão contratual poderá ser:

18.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incs. I a XII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CONTRATO N.º 100025/2023
CONCORRÊNCIA N.º 03/2022 - PROCESSO N.º 5038/2022

18.1.2.Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração.

18.2.A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão administrativa, com a culminação das penalidades previstas no presente contrato e na Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1.Para as questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da Comarca de Piracicaba/SP, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

19.2.A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inc. XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

19.3.As partes estão vinculadas expressamente aos termos do edital, bem como à proposta vencedora, conforme estabelece Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

19.4.E por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e único efeito.

Piracicaba, 25 de abril de 2023

Artur Costa Santos
SEMAE

Felipe Rodrigues Gonzaga
CONTRATADA